



Usabilidade dos Repositórios Institucionais de Universidades e Politécnicos: a perspectiva dos Professores e Investigadores em Portugal

Cecília Ramos^I

<https://orcid.org/0000-0002-6901-3868>

Moisés Rockembach^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-9057-0602>

Pedro Jerónimo^{III}

<https://orcid.org/0000-0003-1900-5031>

^I Universidade da Beira Interior, Portugal.
Doutoramento em Ciências da Comunicação.

^{II} Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.
PhD in Information and Communication on Digital Platforms by the University of Porto / University of Aveiro (Portugal), approved with distinction. Post-Doctorate at the University of Porto (Portugal).

^{III} Universidade da Beira Interior, Portugal.
PhD in Information and Communication on Digital Platforms - program shared by University of Porto and University of Aveiro - with a pioneering thesis about online news production at local newsrooms.

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/39979>

O presente estudo visa demonstrar a importância atribuída aos Repositórios Institucionais (RI), a usabilidade e o conhecimento das suas políticas, pelos professores/investigadores, das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Portugal, numa comparação

entre Universidades e Politécnicos. O estudo foi efetivado mediante a aplicação de um inquérito, utilizando-se, para o efeito, a plataforma *Google Forms*. As respostas apuradas permitiram conhecer que a maioria dos inquiridos atribui importância ao RI (Repositório Institucional) (77,0%). Contudo, 2,1% afirmam pouca utilização e 29,7% não publicam/utilizam no/o RI. Sendo apontados como principais motivos a falta de tempo (38,9%), duplicação de tarefas (25,0%) e falta de conhecimento sobre as Políticas de Depósito dos Editores (20,5%). No que respeita à Política de Depósito Documental da Instituição, 62,4% desconhecem a sua existência e 35,0% dos respondentes demonstram cumpri-la integralmente e com facilidade. O artigo é o documento mais partilhado no RI (62,8%), com uma média anual de depósitos individuais de 1-5 documentos e 29,9 % dos participantes recorrem ao arquivo para efetivar a partilha das suas produções científicas. O estudo permite concluir que é nas Universidades que os investigadores demonstram estar menos familiarizados com as dinâmicas dos repositórios e publicam menos nos mesmos. São estes que sugerem mais comunicação e normas diversas, que suscitem uma maior utilização dos RI.

Palavras-chave: *repositórios institucionais; acesso aberto; arquivo; investigadores; política de depósito documental.*

Usability of Institutional Repositories of Universities and Polytechnics: the perspective of Professors and Researchers in Portugal

This study aims to demonstrate the importance given to Institutional Repositories (IR), the usability and knowledge of their policies, by teachers/researchers of public Higher Education Institutions (HEIs) in Portugal, in

a comparison between Universities and Polytechnics. The study was carried out through the application of a survey, using the Google Forms platform. The answers revealed that the majority of respondents attach importance to the RI (Institutional Repository) (77.0%). However, 2.1% claim little use and 29.7% do not publish it in the RI and do not use the RI. The main reasons mentioned were lack of time (38.9%), duplication of tasks (25.0%) and lack of knowledge about Editors' Deposit Policies (20.5%). With regard to the Institution's Documentary Deposit Policy, 62.4% are unaware of its existence and 35.0% of respondents demonstrate that they comply fully and easily. The article is the most shared document in RI (62.8%), with an annual average of individual deposits of 1-5 documents and 29.9% of the participants use the archive to share their scientific productions. The study allows us to conclude that it is at universities that researchers are less familiar with the dynamics of repositories, they publish less in them. These are the ones that suggest more communication and diverse norms, which encourage greater use of IR.

Keywords: *institutional repositories; open access; file; researchers; document deposit policy*

Recebido em 22.06.2022 Aceito em 27.09.2022

1 Introdução

Os Repositórios Institucionais (RI) são identificados como sistemas de informação (COSTA; LEITE, 2010), representando um novo serviço de biblioteca, com a função de armazenar, preservar, divulgar e oferecer, gratuitamente, acesso livre à produção científica, de modo a esta ser expandida, consultada e reutilizada, no sentido de melhorar a comunicação científica interna e externa de uma determinada Instituição (VEIGA *et al.*, 2017). Estes apresentaram-se como fruto do Movimento do Acesso Aberto, sendo um dos pontos mais relevantes desse movimento, tendo viabilizado novos modelos de investigação e contribuindo para a afirmação identitária das instituições (MIGUÉIS; NEVES, 2021).

Uma das particularidades dos RI foi permitir perpetuar *outputs* científicos que haviam sido concebidos em suporte papel, ao concebê-los a digitalização. Os RI trouxeram à tona a vida digital dos documentos, que ao permanecerem em suporte papel teriam tendência a uma vida útil limitada ao fim para os quais teriam emergido. Uma ou outra apresentação pública, que finda, os conduziria a arquivos pouco acondicionados, proporcionando-lhes o esquecimento e a sua impossível reutilização. Desta feita, os RI viabilizam a preservação em suporte digital dos conteúdos, a partilha de conhecimento entre pares e a disponibilização instantânea dos documentos. Para que a disponibilização de documentação científica seja uma realidade, a mesma terá de ser depositada e os RI povoados.

Nesta linha de pensamento, a investigação apresentada emerge da necessidade de se conhecerem as opiniões, a usabilidade atual dos RI através do (auto)depósito pelos professores e investigadores das IES (Instituições de Ensino Superior) portuguesas. Perceber a tipologia documental e a média anual de produção científica partilhada nos RI e saber-se quais os fundamentos que motivam ou inibem a prática do (auto)depósito, sob a perspetiva dos professores e investigadores em Portugal.

Com o presente estudo pretende-se contribuir para uma melhoria da utilização global dos RI (Repositórios Institucionais), no âmbito das suas políticas de depósito e de comunicação, estabelecidas internamente, de acordo com as recomendações espelhadas nas respostas dos inquiridos.

2 Comunicação Científica através dos Repositórios

Toda e qualquer comunicação se pretende eficaz ao ponto de alcançar o seu público-alvo. No cerne de uma comunidade científica o objetivo ainda se revela mais intenso, uma vez que se objetiva o progresso da ciência. Neste contexto, é fundamental que a comunicação científica se apresente segura e perene. Para tal, o avanço de novas técnicas, como veículo de comunicação da ciência, perpetuou-se crucial, sob a responsabilidade de diversos atores do sistema (MEADOWS, 1998).

O mundo atual reflete o impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação que, aliadas à *World Wide Web*, facilitam o acesso e a disseminação da informação numa abrangência global de ampliação do conhecimento. A digitalidade propicia a comunicação de ciência em AA, suscitando pesquisas mais eficientes e eficazes. Esta compreensão incitou os decisores políticos europeus a implementar mandatos de *Open Access* (OA) na Europa. O projeto *OpenAire*¹

¹ O OpenAIRE foi estabelecido em 2018 para garantir uma presença e estrutura permanentes para uma política nacional em toda a Europa e infraestrutura de comunicação acadêmica aberta.

distinguiu-se pela proposta da criação de uma rede de repositórios (RI) de AA na Europa, permitindo a difusão do conhecimento produzido por investigadores, (GRADIM, 2012), de modo a que a Ciência ocupe, cada vez mais, um lugar determinante na sociedade. Como resultado das políticas europeias, a FCT² (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) reforça as vantagens da disponibilização de publicações de AA, incentivando os investigadores a depositar os seus trabalhos em pelo menos um Repositório³ Sendo que os Repositórios se caracterizam por serem sistemas integrantes e inclusivos, porque albergam documentos de múltiplas tipologias, nomeadamente, artigos científicos, (*peer review*), livros e capítulos de livros, relatórios, teses, dissertações, atas de conferência (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015), toda uma coleção de dados científicos, espelhando, por conseguinte, a atividade produtiva e a publicação científica das suas Instituições. Os RI favorecem o acesso aos resultados da investigação, numa contribuição para a reforma do sistema da comunicação científica e, deste modo, detêm o controlo académico relativo à publicação científica.

No entanto, o notório atrofio no acesso à produção científica, que se vinha sentindo desde o século passado, despoletou, no começo deste, o movimento do AA (Acesso Aberto), defendido por responsáveis políticos e institucionais da União Europeia. A expressão Acesso Aberto (*open access* ou acesso livre), significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter científico, ou académico, concedendo a qualquer utilizador o alcance e a utilização do texto integral dos documentos (RODRIGUES *et al.*, 2012). O mote deste movimento defende que o acesso à informação científica é um recurso estratégico da investigação. E divulgar os resultados da investigação, de modo a que seja lida, comentada e citada, diferencia a literatura científica das restantes literaturas (BORGES, 2017).

As BBB *Declarations* (SUBER, 2019), Budapeste, Bethesda e Berlim, foram consideradas as mais influentes na concretização do AA, por se pautarem pela defesa da prática de um acesso livre ao conhecimento; de incitarem os investigadores a publicarem os seus trabalhos com base no livre acesso; de desenvolverem meios de avaliação de forma a garantir padrões de qualidade e boas práticas científicas. No entanto, a subscrição em 2006 da Declaração de Berlim pelo CRUP foi vital, tendo sido um exemplo para outras Instituições Portuguesas de Ensino Superior, que também a subscreveram.

² É a agência pública nacional de apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento. Tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

³ Informação acedida em 3 março 2022 e disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/about/Acessolivre.htm>

A publicação da produção científica, além de ser um dos impulsionadores para o avanço do conhecimento científico e sustentabilidade da sociedade, impõe-se, também, como um dos critérios de avaliação de desempenho dos professores e investigadores afetos às IES (Instituições de Ensino Superior), que surgiu em 2009 através do ECDU⁴ (GRADIM; SERRA; TELLERÍA, 2014) motivo que promove o aumento exponencial de artigos científicos publicados em revistas.

3 A usabilidade global dos Repositórios Institucionais

A literatura tem demonstrado interesse em torno dos repositórios institucionais, revelando que os professores/investigadores não depositam os seus outputs científicos neles, como o esperado (COSTA; FREITAS, 2016). Há estudos que se focaram, muito particularmente numa determinada Instituição, para compreender ou incitar a alterar esses comportamentos (TILLMAN, 2017). Tem sido notório que mesmo com a aprovação de Mandatos de AA, não os encoraja à prática de (auto)depósitos nos RI (RODRIGUES; RODRIGUES, 2012). Nem mesmo a evidente expansão e difusão global do número de RI contraria a tendência, que diversos estudos vêm revelando, de que os investigadores publicam pouco, nos mesmos, relativamente ao total da sua produção científica (COSTA; FREITAS, 2016). Os RI têm sido consistentemente subpovoados e subutilizados (HOLTER, 2020), talvez devido à obrigação de os professores e investigadores exercerem tarefas além da investigação, poderá promover o descuido na ação de depositarem a sua produção científica (FREITAS; LEITE, 2019), ou, como refere Martins (2013), ainda persistem mal entendidos no que concerne à informação existente nos repositórios.

É demonstrado, assim, a impossibilidade de se constituírem como um ponto útil de AA às produções científicas, uma vez que dificultam uma visão representativa da produção de uma Instituição. Salvo raras exceções, onde existem mecanismos de recompensa, se constata um arquivamento total da produção científica da organização (RODRIGUES *et al.*, 2014). Este descuido ou desinteresse agudiza-se, em particular, se os autores já publicam em periódicos de acesso aberto, o depósito no RI converte-se num 'fardo' sem benefício para eles (WILLIAMSON; MIRZA, 2015). Justamente porque a usabilidade do RI exige destreza da interface com a plataforma e seu software, de modo a que o utilizador compreenda, aprenda e o use, alcançando facilmente os seus objetivos (COSTA; RAMALHO, 2010). No caso concreto, que se cumpram com os objetivos do

⁴ ECDU – Estatuto da Carreira Docente Universitária; Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto

protocolo BOAI⁵, exercendo o autoarquivo (*self-archiv*) preconizado pelo Repositório, ou seja, o depósito, pelo autor ou pessoa autorizada por ele, de um documento digital (SANTOS *et al.*, 2013).

4 Procedimentos Metodológicos

O foco central deste estudo consistiu em entender qual a atividade que os professores e investigadores têm em relação à usabilidade dos Repositórios das IES onde estão afiliados. Usabilidade essa que abrange vários domínios, descritos mais adiante.

No propósito de se empreender a investigação, procedeu-se ao envio em formato *online* de um inquérito constituído por perguntas maioritariamente fechadas. Sendo o objetivo vital a obtenção do conhecimento sobre a prática individual de (auto)depósito no RI. Aproveitou-se a oportunidade para se apurar qual o nível de importância a ele dispensado, a motivação da usabilidade do mesmo, quanto à prática do seu uso para efeito de pesquisas/consultas. Qual o conhecimento das Políticas de Depósito Documental e o cumprimento das mesmas e quais os motivos que incitam ou inibem à prática do depósito. Obter, ainda, informação do conhecimento e satisfação relativamente à comunicação institucional sobre a existência e funcionalidades do RI. Por fim, permitia-se que cada inquirido emitisse, facultativamente, uma proposta/recomendação para uma melhoria global da utilização dos RI. Deste modo, algumas questões eram compostas por uma resposta aberta, motivando a partilha pessoal de olhares e a emissão de sugestões de melhoria para a utilização global dos repositórios.

A amostra foi composta por 692 participantes, de forma criteriosa e intencional. Este tipo de amostragem prima por selecionar apenas pessoas que se enquadrem nos critérios da investigação. Por este motivo, no final do processo de recolha de dados, são filtrados os perfis e rejeitados os que não se coadunam com os princípios dos objetivos do estudo. Neste concreto, foram rececionadas um total de 703 respostas e aferidas 692. A recolha dos dados decorreu de 15 de fevereiro a 20 de abril de 2021, sob a disponibilização *online* de um inquérito, utilizando-se para o efeito, a plataforma *Google Forms*. O instrumento de coleta foi enviado a cada IES, por email institucional, solicitando-se a sua divulgação ao público-alvo para o seu preenchimento em formato digital. Tendo sido perceptível a

⁵ Budapest Open Access Initiative /Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste. A Declaração original e diretrizes para tornar a pesquisa gratuita e disponível para qualquer pessoa com acesso à Internet e promover avanços nas ciências, medicina e saúde.

crescente diminuição de entrada de respostas ao inquérito, foi dado por encerrado, bloqueando-se a disponibilização do mesmo. Seguidamente procedeu-se ao apuramento dos resultados, recorrendo-se ao programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), a fim de se tratarem, estatisticamente, todas as informações rececionadas.

No que respeita ao questionário, os participantes no estudo foram convidados a preencher um questionário *online*, composto por seis secções, de modo a garantir a qualidade dos dados. Cada secção era composta por perguntas de resposta múltipla, algumas de resposta aberta e mistas, a fim de se conseguir respostas mais profícuas. A primeira secção do questionário iniciava com uma introdução explicativa do âmbito e objetivos do estudo, alertando-se, também, para as questões éticas de total anonimato dos dados, preenchimento voluntário e informação de ausência de qualquer contrapartida ou proveito económico, para ambos os intervenientes no processo: investigadores e inquiridos/participantes no estudo.

Na segunda secção pretendeu-se conhecer o perfil global dos respondentes, desde a afiliação institucional, situação profissional, domínio científico, nível académico, idade e sexo. A secção seguinte reportava-se ao objetivo de se obter informação da importância do RI para os participantes. A secção quatro era alusiva à usabilidade do RI, por parte dos inquiridos. Indagar sobre a frequência de utilização do RI para pesquisas, qual o recurso mais utilizado para registar os seus *outputs* científicos no RI e caso o façam, pretendia-se conhecer qual a tipologia documental que mais depositam e a frequência, por estimativa anual de registos. A quinta secção permite a informação no que concerne à forma de divulgação da existência e potencialidades do RI como agente de comunicação de ciência. Ainda elucidar, o investigador do estudo e o leitor, sobre o conhecimento que os professores/investigadores assumem ter no respeitante à comunicação/divulgação institucional do RI, informação sobre as respetivas Políticas e incentivos ao depósito. Por fim, a última secção aludia ao cumprimento da Política de Depósito Documental, pelos participantes no estudo e quais os principais motivos que incitam ou inibem os investigadores a praticar a partilha dos seus trabalhos científicos no RI. O inquérito terminava com a possibilidade de os inquiridos contribuírem, voluntariamente, com uma sugestão de melhoria global da utilização do RI.

5 Resultados

Das 692 respostas obtidas do total de 28 instituições identificadas como afiliação dos inquiridos respondentes (professores/investigadores), procedeu-se à análise quantitativa, com recurso ao programa SPSS,

apurando-se os resultados estatísticos. Numa abordagem preliminar são evidenciados os valores globais de cada categoria, sendo posteriormente retratados individualmente, em Tabelas, de modo a conseguir-se uma visão comparativa entre os dois tipos distintos de IES, como a seguir se apresentam:

Responderam ao inquérito, um total de 692 participantes, cujo perfil se caracteriza por um número mais elevado de afiliados nos Institutos Politécnicos (50,9%), com a situação profissional de docentes desse mesmo nível de ensino (50,4%) e com a categoria profissional de Professor Adjunto (39,5%). O domínio científico predominante foi Ciências Sociais (30,5%) e a formação literária mais elevada apresentou-se o Doutoramento (57,8%). O grupo etário preeminente situa-se entre os 41-50 anos (33,7%), com maior predominância nos Institutos Politécnicos (18,8%) a par dos 14,9% nas Universidades. No que respeita ao sexo dos inquiridos, o feminino revelou-se o mais expressivo no respeitante aos participantes das Universidades (28,0%), tendo comportado um maior número de incidências no sexo masculino (25,5%), quando analisamos os dados relativos aos Politécnicos.

Relativamente à importância dispensada ao RI, e analisando os dados globalmente, a maioria dos inquiridos (77,0%) atribui-lhe importância, ao especificarem o seu nível de concordância com a atribuição do valor '5' (44,2%) e '4' (32,8%), respetivamente, baseado na Escala de Likert, em que 1 significava 'pouca importância' e 5 'muita importância'. Expressam um sentimento neutro 17,8% dos inquiridos. O RI apresenta pouca importância (níveis 2 e 1) para 5,2% de todos os respondentes ao questionário, com total harmonia (2,6%) nos valores de cada IES. Porém, 2,1% afirma pouca utilização do RI, pouco prestígio é apontado por 1,0%. Os restantes motivos referidos, para que o RI não seja uma predileção, foram: a fraca qualidade (0,5%); a pouca divulgação do RI (0,4%); 0,3% denunciam acessos complicados e má gestão do mesmo, por fim, 0,1% desabafam, nesta questão em particular, a pouca utilização do RI devido à falta de tempo.

No tocante à frequência de utilização do RI para efeito de pesquisas, no geral, os inquiridos revelaram utilizá-lo ocasionalmente (52,6%), 21,7% mostraram utilizar o RI, para o fim exposto, mensalmente e 11,7% não utiliza o RI, neste caso específico. A Tabela nº 1 discrimina os valores de cada categoria referentes a cada Instituição. Engloba duas variáveis, que se consideram interligadas, uma vez que o sentimento de importância de cada investigador dispensado ao RI será refletido na frequência da sua utilização.

Tabela 1 - Importância do Repositório Institucional

	Universidades	Politécnicos
Muita Importância		
Nível 5	22,4 %	21,8 %
Nível 4	16,6 %	16,2 %
Nível 3	7,5 %	10,3 %
Nível 2	1,6 %	1,9 %
Nível 1	1,0%	0,7%
Frequência Utilização RI para pesquisas/consultas		
Ocasionalmente	24,9%	27,7%
Mensalmente	11,7%	10,0%
Não utiliza	6,1%	5,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Examinando os valores da Tabela anterior (Tabela1), individualmente, constata-se um considerável equilíbrio entre instituições, no que se refere à importância concedida, pelos professores/investigadores, ao RI. Não obstante, os inquiridos afiliados em Universidades demonstram, ainda que ligeiramente, um nível mais elevado de relevância ao Repositório, mas, em contrapartida, revelam menos utilização do mesmo para efeito de pesquisas/consultas.

Quanto à Política de Depósito Documental (PDD) da Instituição, a totalidade dos professores/investigadores participantes no estudo, 62,4% manifestam desconhecer a sua existência e 37,1% confirmaram a disponibilidade da mesma no RI da Instituição. No que concerne ao cumprimento da Política de Depósito Documental, 35,0% dos respondentes demonstram cumpri-la integralmente e com facilidade, 21,1% afirmam cumprir parcialmente e 15,9% não a cumpre de todo. Por cada categoria de IES, como demonstra a Tabela nº 2, o desconhecimento da existência da PDD é mais elevado nas Universidades, tendo, por sua vez um nível de cumprimento mais saliente nos Institutos Politécnicos.

Tabela 2 - Política de Depósito Documental

Política de Depósito Documental no RI		
	Universidades	Politécnicos
<u>Desconhece</u> a sua existência	46,7%	29,2%
‘Sim’. O RI tem disponível a PDD	22,2%	21,4%
Cumprem-na integralmente e com facilidade	16,9%	18,1%

Cumprе parcialmente	9,5%	11,6%
Não cumprе de todo	9,1%	6,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Abordando a partilha de *Outputs* Científicos no RI, pelos professores e investigadores participantes no estudo, focaram-se três dimensões cujos resultados obtidos se explanam em cada uma. No que respeita ao recurso mais utilizado, pelos professores/investigadores para a partilha dos seus *outputs* científicos no RI, destaca-se o **arquivo** (29,9%), ainda que 27,1% utiliza ambos, tanto o processo de arquivo, como o de autoarquivo para disponibilizar as suas produções científicas. Recorrer ao autoarquivo é o processo preferido por 12,7% dos respondentes. Não utilizam/partilham os resultados das suas investigações científicas no RI 30,2% dos questionados.

No que visa tomar-se conhecimento do documento que cada inquirido mais deposita no RI, foi notável um registo de respostas (62,8%), com referência ao **artigo**, com valores idênticos em ambas as IES, Universidades 31,2% e os Politécnicos 31,6%. O **capítulo do livro** é o segundo documento mais publicado nos RI (33,2%), com 17,3% de trabalho das Universidades e 15,9% nos Politécnicos. Os **documentos de conferência** é o tipo de documento que ocupa a terceira posição dos mais depositados nos RI, com o total de 16,3%, sendo a colaboração mais elevada dos investigadores dos Politécnicos (11,8%) e apenas 4,5% nas Universidades. O produto científico na forma de **livro** é mais depositado pelos afiliados das Universidades (7,8%) face aos 6,5% dos trabalhos efetivados, neste parâmetro, pelos Institutos Politécnicos. Sobem ao RI, em valores globais, o **relatório** (5,1%); **palestra** com 3,9%, destacando-se o depósito, deste tipo de produção científica, com maior ênfase nas investigações dos Politécnicos (3,3%) perante os 0,6% das Universidades; **Working paper** (3,0%); **preprint** (1,7%), por fim, as **Teses / posters** apresentam-se com depósitos menos significantes (0,7%), com valores muito similares entre as IES.

Quando se questionava: "Em média, por ano, quantos *outputs* (artigos, livros, capítulos, *papers*, etc.) científicos regista no Repositório?", a esmagadora maioria dos inquiridos (57,5%) respondeu a margem de **1-5**. Neste concreto, destacam-se os investigadores dos Politécnicos com registo superior, às Universidades, em 2,9%. O intervalo de **16-30** foi afirmado por 9,8% dos respondentes, com maior incidência de respostas nos participantes dos Politécnicos (5,3%). Anualmente, a média de **6-15** registos anuais de produção científica no RI é o correspondente a 1,0% das respostas totais, com valores similares nas duas IES do presente estudo. O restante retorno à presente questão distribui-se por: "quando

solicitado" (0,6%) e "raramente"; "superior a 30 e superior a 80" com 0,1% cada, com total incidência nos participantes das Universidades. Os Politécnicos não apresentaram qualquer resposta nestes pontos. Afirmaram não publicar no RI 30,7% dos inquiridos, com maior percentagem nas Universidades (16,2%).

Quanto ao conhecimento relativamente à presença de incentivos para a prática do depósito, na Instituição, sob a pergunta: "Que tipo de incentivo existe na sua Instituição para a prática do depósito no Repositório, por parte dos Docentes e Investigadores?" e "Caso não exista, que incentivos considerava que fossem primordiais numa Instituição para a prática de depósito no Repositório?" são evidenciados na Tabela que segue (Tabela 3). De todos os inquiridos, 51,7% referem desconhecer a sua existência e 30,5% declaram não existir qualquer incentivo. Todavia, as sugestões partilhadas para inverter a tendência do absentismo ao depósito no RI foram de: 49,4% consideram ser fundamental, a implementação de um prémio de reconhecimento, com realce para as respostas dos respondentes das Universidades; 14,0% defendem um prémio remuneratório e 1,4% invocam um prémio na avaliação dos docentes. De destacar que 3,9% dos respondentes declaram nenhum incentivo, por considerarem o depósito no repositório como um ato naturalmente aceitável.

Tabela 3 - Incentivos à Prática do Depósito no RI

	Universidades	Politécnicos
Desconhecem a existência de Incentivos, na IES	28,2%	23,5%
Afirmam não existir incentivos, na IES	15,3%	15,2%
Sugestões de incentivos		
Fundamental um prémio de reconhecimento	26,6%	22,8%
Prémio Remuneratório	4,9%	9,1%
Prémio na avaliação dos docentes	0,7%	0,7%
<i>Nenhum incentivo</i>	2,5%	1,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No que comporta aos requisitos para o cumprimento de uma Política obrigatória de Depósito, como evidencia a Tabela 4, surge no topo das respostas mais sugeridas a compensação/reconhecimento, sendo advogado por 8,9% dos inquiridos, 8,0% alegam necessidade de esclarecimento pela Instituição, 6,9% apontam para a ligação direta ao Sistema de Avaliação Docente. Interoperabilidade de plataformas (3,5%), menos burocracia nos procedimentos alegam 2,9% dos respondentes.

Cumprirem com o dever da obrigatoriedade defendem 2,6%, aludem para a responsabilidade da biblioteca 2,6% dos inquiridos e 1,0% sugerem a penalização do incumprimento. Surgem 4,1% que não concorda com uma Política de Depósito obrigatória.

Tabela 4 - Requisitos para o Cumprimento de Política obrigatória de Depósito

Na sua opinião, qual a forma mais fácil de satisfazer os requisitos de uma política obrigatória para a prática de depósito?	Universidades	Politécnicos
Compensação/ reconhecimento	4,3%	4,6%
Necessidade de esclarecimento pela Instituição	4,2%	3,8%
Ligação direta ao Sistema de Avaliação Docente	4,2%	2,7%
Interoperabilidade de plataformas	2,6%	0,9%
Menos burocracia	1,7%	1,2%
Cumprimento da obrigatoriedade	1,4%	1,2%
Responsabilidade da biblioteca	1,2%	1,4%
Penalização	0,4%	0,6%
Não concorda com a política obrigatória	1,4%	2,7%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto aos motivos para se proceder ao depósito dos *outputs* científicos num Repositório Institucional, é afirmado pela maioria das respostas (66,0%), o facto de aumentar a visibilidade e o impacto (citações) da investigação, aumentar a rapidez de disseminação dos resultados da investigação (53,6%) e 51,6% afirmam ser uma forma de preservação da produção científica. Os valores por categoria institucional são mostrados na Tabela nº 5, onde o destaque para todas as categorias deste tema é atribuído aos Politécnicos.

Tabela 5 - Motivos para Depositar no RI

Categorias	Universidades	Politécnicos
Aumenta visibilidade e impacto	30,2%	35,8%
Rapidez disseminação dos resultados	25,7%	27,9%
Preservação da produção científica	25,3%	26,3%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quando se abordam os motivos que inibem ou dificultam o depósito no RI, conduzindo ao não depósito dos *outputs* científicos num repositório

institucional, são apontados fatores como a falta de tempo para realizar o depósito, com 38,9% das respostas; duplicação de tarefas (25,0%); 20,5% referem a falta de conhecimento sobre as Políticas de Depósito dos Editores e 7,0% assume mesmo o desinteresse, entre outros pretextos, que surgem com percentagens menos significativas. A Tabela seguinte apresenta os valores discriminados por categorias relativamente a cada Instituição.

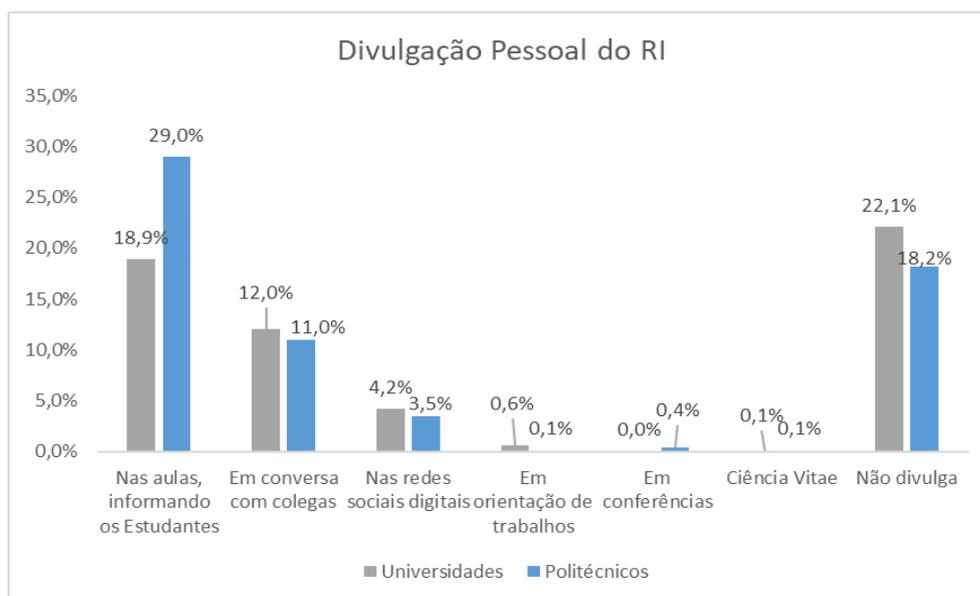
Tabela 6 - Motivos para Não Depositar no RI

Categorias	Universidades	Politécnicos
Falta de tempo para realizar o depósito	18,8%	20,1%
Duplicação de tarefas	12,4%	12,6%
Falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores	11,0%	9,5%
Desinteresse	4,5%	2,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quando se perguntava aos inquiridos como divulga a existência do RI, no sentido de promover a sua utilização, 40,3% dos respondentes afirmou não divulgar a existência do RI e os que o divulgam fazem-no, principalmente, nas aulas, informando os estudantes (47,9%), em conversa com os colegas (23,0%) e 7,7% nas redes sociais digitais. Em orientação de trabalhos, conferências e no Ciência Vitae, foram outras formas apontadas, ainda que com percentagens muito diminutas, que surgiram como meios de abordagem da existência do Repositório Institucional, por parte dos professores e investigadores, como é possível verificar-se no gráfico nº 1, a seguir representado.

Gráfico 1 - Divulgação Pessoal do RI



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao contemplar-se o gráfico anterior, constata-se que nos Institutos Politécnicos há uma maior tendência a divulgar-se a existência do RI e suas potencialidades. Sendo os investigadores, também professores, apresentam-se como veículos importantes de comunicação. Tal é verificável pelos valores da variável “nas aulas informando os estudantes”, representando 29%, valor ligeiramente superior ao das Universidades, que se ficou pelos 18,9%. Relativamente à comunicação interna da Instituição, no sentido de divulgação/informação das potencialidades do RI, para com a comunidade investigadora, perguntava-se se consideravam adequada essa comunicação, ao que 50,0% responderam que consideram adequada, 31,5% demonstram desconhecer e 18,5% não consideram adequada a comunicação existente, como é verificável na Tabela 7, que se apresenta de seguida.

Tabela 7 - Comunicação Interna Sobre o RI

Considera adequada a comunicação interna da Instituição, no sentido de divulgação/informação das potencialidades do Repositório?		
	Universidades	Politécnicos
Sim	23,8%	26,2%
Desconheço	15,3%	16,2%
Não	10,0%	8,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

“Se na questão anterior respondeu ‘não’, por favor, deixe uma sugestão de melhoria”. Era a indicação que concedia oportunidade aos

inquiridos de emitirem as suas opiniões e desejos para uma melhoria no serviço de comunicação sobre o RI. Manifestaram como sugestão de melhoria, neste campo, a necessidade de maior divulgação (9.9%) e 2,9 % clamam por melhoria da comunicação. Revelaram não existir comunicação, relativa a informações do RI, 1,6% dos inquiridos. A Tabela 8 evidencia os resultados apurados em cada categoria de IES.

Tabela 8 - Comunicação Interna Sobre o RI

Sugestões de melhoria no serviço de comunicação do RI		
	Universidades	Politécnicos
Maior divulgação	5,6%	4,3%
Melhorar a comunicação	1,3%	1,6%
Não existe comunicação	1,0%	0,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Nesse contexto, constata-se que é nas Universidades que mais pessoas não consideram adequada a comunicação interna sobre o RI. Sendo compreensível que neste setor educacional se solicite/sugira maior divulgação do RI ou alertem para a inexistência de comunicação interna sobre a divulgação das potencialidades do RI, suscitando o incremento da sua utilização, como é possível testemunhar-se na Tabela 9.

Na pergunta final do questionário permitia-se que os inquiridos emitissem, se o desejassem, as suas sugestões no sentido de uma melhoria global de utilização do RI. Constatou-se que, de um modo mais abrangente, a solicitação foi a de existir maior divulgação e informação do RI, com 10,3% dos participantes a proporem a referida medida. Seguiu-se, em termos globais, a interoperabilidade com 2,7% de respostas, 2,5% clamam que o depósito no RI deveria ser responsabilidade da Biblioteca. Promover agilização de procedimentos (2,0%), ligação dos registos no RI à Avaliação de Docentes (0,6%), 0,4% sugerem a existência de comunicação/lembrete e 0,3% é de opinião de tornar o RI mais dinâmico inserido nas redes digitais. A tabela 9 demonstra, neste âmbito, os resultados individualizados entre Universidades e Politécnicos.

Tabela 9 - Sugestões para uma melhoria (global) da utilização do Repositório Institucional

Sugestões	Universidades	Politécnicos
Maior divulgação e informação	6,1%	4,2%
Interoperabilidade	1,6%	1,2%
Ser responsabilidade da biblioteca	1,3%	1,2%

Agilização de procedimentos	1,9%	0,1%
Ligação à Avaliação de Docentes	0,4%	0,1%
Existir comunicação/lembrete	0,3%	0,1%
Ser um Repositório mais dinâmico inserido nas redes digitais	0,0%	0,3%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Pela observação dos dados patentes na Tabela 9, é perceptível a solicitação de maior divulgação e de informação, por parte dos professores/investigadores, relativamente às instituições, no que se refere ao funcionamento do Repositório Institucional. O facto de advogarem o depósito dever ser da responsabilidade da Biblioteca, espelha o apoio não sentido no ato de exercerem o depósito das suas produções científicas. A proposta de interoperabilidade do RI com outras plataformas e a agilização de procedimentos, são recomendações que refletem a falta de tempo que os professores/investigadores apontam para a renitência no ato de executar o autoarquivo dos seus outputs científicos, também referenciada ao longo do apuramento dos resultados.

6 Conclusões

O conhecimento científico testemunha, cada vez mais, um maior progresso, com a envolvimento dos cidadãos na intervenção e na divulgação de resultados. A publicação da produção científica assume-se como um dos impulsionadores para o avanço do conhecimento científico e da sustentabilidade da sociedade.

Dos dados apurados no presente estudo, é perceptível que a maioria dos participantes no estudo considera que depositar no RI permite aumentar a visibilidade e o impacto (citações) das suas investigações, disseminando os resultados de forma mais rápida, sendo ainda de opinião que os RI facilitam a preservação dos seus trabalhos científicos. Não obstante, a falta de tempo para concretizar o depósito, a duplicação de tarefas e alguma falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores, são motivos apontados para algum absentismo no registo dos seus trabalhos científicos no Repositório.

Concluiu-se que os RI conferem uma importância considerável para a maioria dos professores e investigadores, contudo, esta poderá ser melhorada e incentivada. Verifica-se a necessidade de um reforço de comunicação, por parte das Instituições, sendo as Universidades as que mais apontam esta necessidade, no sentido de se divulgar e informar acerca das potencialidades do Repositório e de clarificar, relativamente à Política de Depósito Documental. Efetuar a ligação direta do RI ao Sistema de Avaliação Docente, como incentivo e cumprimento da Política obrigatória, convertendo-se na atribuição de um prémio de compensação

e de reconhecimento. Tornar o Repositório mais operável, a fim de reduzir a duplicação de tarefas e perdas de tempo, já tão escasso. São motivos advogados pelos inquiridos para uma melhor utilização, global, dos Repositórios Institucionais.

Em síntese, é patente que as Universidades se apresentaram em menor número de participantes, neste estudo. Não obstante, é nestas Instituições que os respondentes demonstram mais importância ao RI, mas desconhecem a existência de uma Política de Depósito Documental, ou tendo conhecimento da sua existência, são os afiliados nas Universidades que mais afirmam não a cumprir de todo. São também as Universidades que menos publicam no RI, quando se abordam os recursos de partilha no mesmo e desconhecem a existência, na instituição, de incentivos ao depósito. Por tal, são os inquiridos afiliados em Universidades que apresentam sugestões, em número superior, para uma melhoria na utilização do Repositório: "mais divulgação e informação", maior "interoperabilidade", o depósito "ser responsabilidade da Biblioteca", maior "agilização de procedimentos", "ligação do RI à Avaliação de Docentes" e a existência de comunicação lembrete.

Comparativamente entre as IES do estudo, as Universidades demonstram estar menos familiarizadas com as dinâmicas dos Repositórios do que os Institutos Politécnicos. Atendendo que os afiliados às Universidades demonstraram tecer maior importância ao RI, foram os que transpareceram menos familiaridade, menos usabilidade e partilharam mais preocupações, ao sugerirem diversas ações que fomentem maior usabilidade do RI. Por tal, estas evidências suscitam um estudo futuro, no sentido de melhor se compreender o porquê desta contradição. Sugere-se uma reflexão: os RI são um pertinente veículo de Comunicação de Ciência. Há, por esse motivo, que repensar estratégias para fomentar a sua utilização pelos professores e investigadores.

Referências

BORGES, M. M. *Reflexos da tecnologia digital no processo de comunicação da ciência*. 2017. Disponível em: <https://doi.org/http://hdl.handle.net/10316/47564>. Acesso em: 15 mar. 2022

COSTA, J. L.; FREITAS, J. A. *Repositórios institucionais: constrangimentos no processo de disponibilização de conteúdos científicos*, p. 69–81, 2016. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1516/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022

COSTA, Luciana Ferreira da; Ramalho, F. A. A usabilidade nos estudos de uso da informação: em cena usuários e sistemas interativos de

informação, 2010. In: *Scielo*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/5Tx7xBrfVtMwFFLxtJHrcTp/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. *Implantação e Gestão de Repositórios Institucionais: Políticas, Memória, Livre Acesso e Preservação*, p. 163–202, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5470>. Acesso em: 13 mar. 2022.

FREITAS, M. A. de; LEITE, F. C. L. The perception of Brazilians researchers on the deposit of scientific production in open access institutional repositories. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, v.42, n.2, p. 159–173, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v42n2a04>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GRADIM, Anabela; SERRA, Paulo; TELLERÍA, A. S. Evaluación de los docentes de enseñanza superior en Portugal y España. In ACCI (Asociación Cultural y Científica Iberoamericana). (Ed.), *Didáctica actual para enseñanza superior*, p. 227–245, 2014.

GRADIM, A. Da Periferia ao Descentramento: LABCOM e os Desafios do Open Publishing. In LABCOM (Ed.), *Comunicação Digital: 10 anos de investigação*, p. 61–83, 2012. Disponível em: http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20140930-201308_10anos_labcom.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

HOLTER, C. The repository, the researcher, and the REF: “It’s just compliance, compliance, compliance.” *Journal of Academic Librarianship*, v. 46, n.1, 102079, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2019.102079>. Acesso em: 19 mar. 2022

MARTINS, E. C. *O Repositório: Imagem de marca e objeto de aprendizagem em meio digital*, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/1739> Acesso em: 18 mar. 2022.

MEADOW, A. J. Communicating research. In *Academic Press*, v. 5, n. 1, Academic Press, 1998. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Communicating+research&btnG= Acesso em: 24 mar. 2022.

MIGUÉIS, A.; NEVES, B. A visão dos gestores de repositórios. O caso da Universidade de Coimbra. In Imprensa da Universidade de Coimbra (Ed.), *Sob a lente da Ciência Aberta: Olhares de Portugal, Espanha e Brasil*, p.

273–294, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14195/978-989-26-2022-0_10. Acesso em: 26 mar. 2022.

RODRIGUES, E.; BOAVIDA, C.; CARVALHO, J.; SARAIVA, R.; PRÍNCIPE, P. Os investigadores em Portugal e a sua relação com o Acesso Aberto à produção científica. *3.ª Conferência Luso-Brasileira Sobre Acesso Aberto*, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/23391>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RODRIGUES, M. E.; AMANTE, M. J.; PAIS, C.; SEGURADO, T.; LOPES, S. Avaliação de repositórios institucionais : análise comparativa. *Cadernos BAD*, n.2, p. 15–28, 2014. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1174>. Acesso em: 27 mar. 2022.

RODRIGUES, M.E.P.; RODRIGUES, A. M. Indicadores de desempenho – ferramentas para avaliação de repositórios institucionais. *Actas Do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, n. 11, 2012. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/304>. Acesso em: 26 mar. 2022.

RODRIGUES, M.E.P.; RODRIGUES, A. M. A função preservação no contexto dos repositórios científicos portugueses : Estudo comparativo. *12º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, p. 1–8, 2015. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SANTOS, V.; VEIGA, D. O.; ICICT, F. Avaliação de usabilidade em Repositórios Institucionais: o caso da Fiocruz. *XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência Da Informação*, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1326/1327>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SUBER P. Open Access Overview. *Knowledge Unbound*, p.1–19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7551/mitpress/8479.003.0007>. Acesso em: 10 mar.

TILLMAN, R. K. Where Are We Now? Survey on Rates of Faculty Self-Deposit in Institutional Repositories. *Journal of Librarianship and Scholarly Communication*, n. 5 (General Issue), p. 0–27, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7710/2162-3309.2203>. Acesso em: 28 fev. 2022.

VEIGA, V. S. O.; MACENA, L. G. G.; SILVA, C. H.; BORGES, M. M. O Compartilhamento de Artigos Científicos nos Repositórios Institucionais Portugueses e Brasileiros: com a voz os gestores. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, n.13, p. 1306–1317, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28570>. Acesso em: 16 mar. 2022.

WILLIAMSON, P. O.; MIRZA, R. Does Google Scholar Help or Hurt Institutional Repositories? *The Complete Guide to Using Google in Libraries: Instruction, Administration, and Staff Productivity*, p. 211–222, 2015. Disponível em: Disponível em: <https://rc.library.uta.edu/uta-ir/bitstream/handle/10106/25217/PeaceRafiaBookChapter.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mar.2022.

<https://www.openaire.eu/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

<https://www.fct.pt/acessoaberto/index.phtml.pt> . Acesso em: 28 fev. 2022.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/about/Acessolivre.htm> . Acesso em: 3 mar. 2022.

<https://dre.pt/application/conteudo/488485> . Acesso em: 9 mar. 2022.

<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/> . Acesso em: 16 março 2022.